RESUMO EXECUTIVO da A T A

Aos trinta dias de setembro de 2009, reuniram-se no auditório da CDHU, situado à Rua Boa Vista, 170, 15º andar, São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória da plenária extraordinária CBH-AT, nº 51/09-Sec. Exec./CBH-AT. Marco Aurélio Bertaiolli, Presidente do CBH-AT (Prefeito de Mogi das Cruzes) abriu a reunião dando as boas vindas, colocou em apreciação a Ata da reunião anterior, ocorrida aos vinte dias de julho de 2009, **foi aprovada** com as seguintes alterações: registrar o município de São Paulo como membro do Comitê gestão 2009-11 por ser membro permanente e na composição do segmento Sociedade Civil Organizada Associações de defesa do meio ambiente CDPMA-Comissão de defesa da preservação da espécie e meio ambiente como terceiro titular. Pelo item informes a Secretária Executiva do Comitê, Maria Emília Botelho (CETESB) comunicou:

- Receberam as seguintes indicações para compor as Câmaras Técnicas: Emplasa, Fundação Florestal, Ciesp, Instituto Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento, AGDS-Associação Global de Desenvolvimento Sustentável, APCMA-Associação Paulista dos Consultores de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e prefeituras de Suzano, Diadema, Santo André, Jandira, Itapecerica da Serra, São Bernardo do Campo e São Paulo.
- A Secretaria de Saneamento e Energia enviou ofício solicitando indicação de um membro titular e um suplente para o Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista.

O Presidente solicitou que os interessados enviassem indicação à Secretaria Executiva, para proceder a indicação.

- O Presidente do Subcomitê da Bacia Hidrográfica Juquery Cantareira Antonio Ayacida enviou ofício solicitando reunião estratégica e em conjunto com os Presidentes dos Subcomitês tendo como tema as leis específicas e a implementação da cobrança pelo uso da água na bacia.
- Requerimento enviado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itapecerica da Serra solicitando documentos da Associação Brasileira de Recursos Hídricos-ABRH dentro do processo eleitoral da Sociedade Civil Organizada, Subcomitê Cotia-Guarapiranga, e receberam recurso interposto contra a representatividade da ABRH no Subcomitê Cotia-Guarapiranga.
- Ofício indicando Marcos A. Cordeiro como representante titular da Fiesp.

O Vice-Presidente do Comitê Marco Antônio Palermo (ABRH) comunicou a realização do XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, em 22-26 de novembro, Campo Grande-MGS. Solicitou providências junto à Secretaria Executiva estabelecendo data para convocação dos suplentes no Comitê e Subcomitês referente ao preenchimento das vagas em aberto nas diversas categorias representadas pelo segmento Sociedade Civil Organizada. Roberto Terassi (ACISE) Vice-Presidente do Subcomitê Cotia-Guarapiranga ressaltou a proposta regional de um novo circuito de águas paulistas segundo propostas já apresentadas e defendidas no Subcomitê, da realização do COP 15 em Copenhagen/Dinamarca no período de 07 a 18/12/2009, que irá gerar compromissos para todos países participantes e o Comitê e Subcomitês com certeza receberão muitos encargos, solicitando que o Comitê enviasse representação oficial preferencialmente, o Presidente. Miron Rodrigues da Cunha (APCMA) enquanto Secretário Executivo do Conselho Gestor da APA das Várzeas do Rio Tietê solicitou a indicação de um representante do Comitê no Conselho da APA para integração dos conceitos e conhecimentos lá desenvolvidos, como o Plano de Manejo da APA que compreende 12 prefeituras da região do Cabeceiras, preferencialmente entre eles Márcia Nascimento que já fora Presidente do Conselho; Márcia Nascimento disse que era extremamente importante a participação dos Subcomitês Pinheiros-Pirapora e Alto Tietê Cabeceiras. O Presidente disse que assim que fossem convidados oficialmente nomearia o representante. Foram anunciadas as diretorias dos Subcomitês para a gestão 2009-2001: Subcomitê Alto Tietê-Cabeceiras, Presidente: prefeito de Suzano, Marcelo Cândido, Vice-Presidente Altamir Fonseca (Ciesp) e Secretário Executivo Valter

Medeiros Dantas (Cetesb); Subcomitê Juquery-Cantareira: Presidente prefeito de Mairiporã, Antonio Shigueyuki Ayacida, Vice-Presidente Anésio Ferreira dos Santos (IPEH) e Secretário Executivo Osvaldo de Oliveira Vieira (Sabesp); Subcomitê Cotia-Guarapiranga: Presidente Prefeito de São Lourenço da Serra Capitão Lener; Vice-Presidente Roberto Terassi (ACISE) e Secretário Executivo Amauri Polachi; Subcomitê Billings-Tamanduateí: Presidente prefeito de Diadema, Mário Reali, Vice-Presidente Isabel Cristina (Ciesp) e Secretária Executiva Márcia Nascimento (SMA); Subcomitê Pinheiros-Pirapor: Presidente o Secretário de Meio Ambiente do município de Osasco Carlos Marx, Vice-Presidente Mônica Pilz Borba (5 Elementos-Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental) e Secretário Executivo Carlos Nascimento (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A-EMAE). Maria Del Carmen Adsuara (prefeitura de Santana do Parnaíba) disse "gostaria de entender por que nessa gestão vocês mudaram a regra do jogo, porque em todas as outras gestões a quantidade de municípios por Subcomitês que tinham titularidade para votar aqui era a mesma, e agora vocês colocaram uma cidade que nunca vem, Pirapora do Bom Jesus, e não aparece nem nas reuniões do Subcomitê (...) sou contra, infelizmente não pude estar na reunião passada, mas estou reclamando e gostaria que isso fosse revisto, só Pirapora para votar aqui no Comitê eu não aceito, sempre foi dividido igualmente." O Presidente ponderou que aceitaria todas as colocações do plenário, sempre com o devido respeito, e a Secretária Executiva esclareceu que a aprovação foi votada no processo conduzido pelo próprio segmento, pelos membros presentes na reunião, o Presidente se posicionou que dependia dos municípios, se quisessem votar novamente acataria, Roberto Terassi expôs que a eleição já tinha ocorrido e todos tiveram oportunidade de estar presente, e a votação não poderia ser mudada por questões particulares, repudiou a colocação. O Presidente informou que em sua gestão as reuniões seriam democráticas e cumpriria à risca as decisões do plenário, acrescentou que poderiam ter confiança em seu trabalho como gestor do Comitê valendo-se nos assuntos técnicos dos diversos técnicos representados pelos seus segmentos. Explicou que dividiram os assuntos da reunião em duas partes, sendo que a presente reunião trataria dos aspectos administrativos do Comitê e da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABH-AT e na reunião ordinária agendada na sequência para o dia 07/10 das questões técnicas. Apresentou* o modelo administrativo de gestão unificada Comitê-FABHAT, notadamente das análises para gerenciar o período pré cobrança pelo uso da água, e propôs como um dos aspectos importantes a unificação dos representantes do Comitê e do Conselho Curador da FABHAT. Como segunda proposta a unificação física em um mesmo endereço abrigando o Comitê e a FABH-AT, como elemento facilitador buscando maior agilidade e resolutividade no que tange aos aspectos administrativos. **As duas propostas foram aprovadas por unanimidade. A** diretoria do Comitê ficou incumbida de estudar e apresentar um endereço para o Comitê e a FABHAT, ao que Bonfílio Alves (Prefeitura de Caieiras) sugeriu que no futuro o endereço poderia ser no prédio que atualmente é ocupado pela (Secretaria dos Transportes, que pertence a SABESP) à uma quadra da estação do metrô Ponte Pequena. O Presidente colocou que a mudança da R. Boa Vista só ocorreria ao encontrarem um local melhor garantindo acessibilidade, sendo próximo à estação de metrô, e com o conforto que o Comitê e a FABHAT mereciam, objetivando que os trabalhos fossem dignamente executados. O endereço seria comunicado antes ao plenário, além da viabilidade jurídica considerando o estatuto e o regimento interno. O Presidente se propôs a ocupar o cargo de Presidente da FABHAT enquanto não fosse efetivada a cobrança pelo uso da água e o recebimento dos recursos financeiros, **sob aplausos foi aprovado como o novo Presidente da FABHAT**. Dentro da participação do plenário foi também levantada a questão que a FABHAT deveria fazer a gestão da cobrança pelo uso da água e não o Departamento de Aguas e Energia Elétrica-DAEE, a Secretária Executiva lembrou que por lei se a FABHAT não tiver condições de ser a gestora da cobrança, no início até a estruturação da FABHAT quem deve cumprir tal papel é o DAEE. **Foi aprovada por unanimidade a deliberação CBH-AT "Ad referendum" Nº. 11, de 11/09/2009**, que dispõe sobre a hierarquização e indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FEHIDRO enquadrado em Demanda Induzida sob o título "Revitalização de Bacias Hidrográficas", referente ao exercício de 2009, dando outras providências, a Secretária esclareceu que se tratava de uma deliberação do CRH-Conselho Estadual de Recursos Hídricos para todos os

* As apresentações desta reunião extraordinária encontram-se na íntegra na Ata Completa.

Comitês, e já com prazo estipulado e além disso perderiam os recursos se o Comitê não utilizasse. Sobre o Plano de Macrodrenagem esclareceu que era uma exigência prevista pelo FEHIDRO porém também poderiam pensar futuramente em um trabalho conjunto com os Comitês visando a bacia como um todo, conforme colocou em sentido semelhante Jumara Moraes Bocatto (prefeitura São Lourenço da Serra) da possibilidade de unificação dos recursos. O Presidente atendeu a solicitação de Rogério Menezes (secretário de meio ambiente de Diadema), para que fosse enviado antes da próxima plenária no dia 07, para todos os membros do Comitê, a lei específica, com as possíveis alterações que viessem a ocorrer da Consultoria Jurídica da Secretaria-CJ/SMA. O Presidente solicitou, e a plenária aprovou, como procedimento nas reuniões, que todos os convidados pudessem fazer o uso da palavra no período final da reunião. Na sequência dos trabalhos o Presidente convidou Jorge Rocco, Coordenador do GT-Cobrança-CTPG (Secretaria Executiva/SMA), para apresentar os mecanismos do processo de implementação da cobrança pelo uso da água no Comitê, elaborado pelo GT-COB, introduzindo o tema a ser tratado na próxima plenária. Foi entregue aos membros do colegiado o CD Minuta de Relatório com os Fundamentos para a Cobrança. Jorge disse que os estudos devem ser entregues até dia 10/10, atendendo o prazo legal da Deliberação CRH. Ressaltou que a Cobrança é um instrumento da gestão dos recursos hídricos relacionado a outros instrumentos, como por exemplo, o plano de bacia com suas metas e prioridades e a outorga de direitos de uso da água. Havia critério legal e normativo a ser seguido, por exemplo a Lei 12183/05, SEÇÃO V - Disposições Transitórias, Artigo 3º dizendo que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê deverá destinar, pelo período de 10 anos, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos de investimento oriundos da cobrança para conservação, proteção e recuperação das áreas de mananciais que atendam a sua área de atuação. A base de aplicação dos recursos remete às leis específicas. A cobrança tem como objetivos reconhecer a água como bem público de valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar os usos racionais e sustentáveis da água, evitando-se o desperdício e garantindo o uso para as presentes e futuras gerações, obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Plano de Bacia e na gestão integrada e descentralizada do uso da água e os seus conflitos, distribuição socioambiental dos custos pelo uso indiscriminado da água e sua degradação. Tendo como princípios gerais aceitabilidade, simplicidade e progressividade, onde inicialmente será cobrado das empresas de saneamento, indústrias e usuários urbanos (público e privado), e conforme aprovado recentemente pela resolução do CRH, também do setor dos produtores rurais. Há isenções como do setor de extração de água subterrânea <5 m3/dia, geração de energia elétrica, consumidor final classificados na " tarifa social" e micro e pequenos produtores rurais. São cobrados : captação, extração e derivação, consumo e lançamento de efluentes nos corpos d'água ($DBO_{5,20}$ - carga poluidora). Será cobrado pela FABH-AT, desde que tenha as condições mínimas estruturais, e na sua ausência, pelo DAEE. Foram seguidos 9 passos para o processo de implementação da cobrança, segundo orientações do CRH. O cadastro inicial, do DAEE, para a cobrança, conta com aproximadamente 2300 usuários. A fórmula da cobrança tem praticamente três parcelas : captação, consumo e lançamento, que leva ao preço unitário final do usuário, considerando em cada parcela o volume por m3 de água, sempre atendendo a legislação que estabelece um limite de teto. Apresentou a proposta de preços unitários básicos : captação R$ 0,01, consumo R$ 0,02 lançamento/carga R$ 0,10, com isso, chegariam no primeiro ano em aproximadamente R$ 30 milhões/ano, pelo princípio da progressividade, no segundo ano R$ 40 milhões, e no terceiro R$ 50 milhões. Os coeficientes ponderadores levam em consideração a função das características da bacia e especificidades dos Subcomitês. O GT estudou e propôs três cenários, o cenário piso, o cenário recomendado, que continua investindo no primeiro ano em desenvolvimento institucional, planejamento e serviços, e o cenário desejado, aumentando os investimentos no decorrer dos anos para desenvolvimento e gestão. O GT-COB propôs iniciarem com o cenário recomendado, que seria redigido como deliberação para análise da plenária na próxima reunião. Findada a apresentação, houve a participação da plenária para dirimir dúvidas, comentários e participação. O Presidente lembrou que as discussões deveriam ocorrer na próxima reunião. Miron solicitou a palavra dizendo que não haveria fundamento direcionarem a conta para o Banco Nossa Caixa, e que isso deveria ficar a cargo do Presidente da FABH-AT, devendo negociar com a melhor instituição financeira que se apresentasse. O Presidente encerrou os trabalhos

dizendo que o tema da cobrança deveria estar muito mais próximo para o conhecimento da população e lembrou que fazia parte da missão do Comitê democratizar o conhecimento sobre os recursos hídricos, como por exemplo, da escassez da água e de seu uso racional, ainda mais tendo em vista que o senso comum coloca a água como sendo de uso gratuito, e para atuarem como um órgão gestor, propôs a realização do "Congresso das Águas", a fim de debater e popularizar o tema para além do âmbito do Comitê. Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva, coordenei a elaboração da presente Ata, que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.